



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS RELACIONADAS À OFERTA E DEMANDA DE CRECHES NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

ADRIANA CRISTINA SIMPRICIO¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA / UESB

ISABEL CRISTINA DE JESUS BRANDÃO²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA / UESB

Resumo

A presente pesquisa, intitulada "Efetivação das Políticas Públicas Educacionais Relacionadas à Oferta e Demanda de Creches na Cidade de Vitória da Conquista – BA", analisa a implementação e a efetividade das políticas públicas destinadas à educação infantil no município de Vitória da Conquista, à luz da Constituição Federal do Brasil de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE). A investigação, de abordagem qualitativa, baseou-se em pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, visando compreender se a oferta de creches no município atende de maneira adequada à demanda existente, especialmente no que tange às crianças de 0 a 3 anos. Os resultados evidenciam uma discrepância significativa entre as leis que versam sobre a educação infantil e direitos da criança e a realidade local, revelando a existência de demanda reprimida, limitações orçamentárias e desafios estruturais na ampliação da oferta de vagas. A análise indica que, embora esforços estejam sendo realizados pela Secretaria Municipal de Educação, como reformas, ampliações e convênios, tais medidas têm se mostrado insuficientes diante do crescimento contínuo da demanda, agravado por fatores socioeconômicos e regionais. Destaca-se ainda a ausência de critérios socioeconômicos claros para a priorização de vagas, o que pode acentuar desigualdades e comprometer a efetividade do direito à educação infantil universal e de qualidade. Conclui-se que, para assegurar o pleno desenvolvimento das crianças e promover a equidade social, faz-se necessária a formulação de políticas públicas mais robustas, integradas e voltadas para a superação das desigualdades estruturais no acesso à educação infantil.

Palavras-chave: Creches. Educação infantil. Políticas públicas educacionais.

Introdução

A pesquisa intitulada “Efetivação das Políticas Públicas Educacionais relacionadas à oferta e demanda de creches na cidade de Vitória da Conquista – BA” é de extrema relevância tanto para a área educacional quanto para a sociedade como um todo. Esta investigação visa entender como as políticas públicas voltadas para a educação infantil estão sendo implementadas e se estão atingindo os objetivos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que garantem o atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos de idade (BRASIL, 1996), e pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que tem como meta universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade, além de ampliar a oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de até três anos (BRASIL, 2014).

1. Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

2. Professora Dra. Na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Atualmente, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2024 a 2034 ainda não está em vigor. O projeto de lei (PL 2.614/2024), enviado pelo governo federal em junho de 2024, está em tramitação no Congresso Nacional e precisa ser aprovado até o final de 2025 para assim entrar em vigor.

A motivação central do estudo parte da premissa de que a educação infantil é uma fase crucial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988, a educação é um direito fundamental de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade para garantir o desenvolvimento pleno da pessoa, sua cidadania e qualificação para o trabalho (Art. 205). Os artigos 208, incisos I, V e VII, asseguram o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos, evidenciando a responsabilidade do Estado em garantir esse direito com qualidade.

No entanto, a realidade brasileira, especialmente em municípios com grande demanda como Vitória da Conquista – BA, revela uma significativa discrepância entre o que está previsto nas legislações e planos nacionais e o que é efetivamente implementado. Estudos como os de Penildon Silva Filho (2022), divulgados no site “Portal da Bahia Contemporânea”, evidenciam as inúmeras assimetrias na execução das políticas educacionais, apontando que muitas vezes as promessas legais não se convertem em ações concretas e eficazes.

A problemática da pesquisa está centrada na efetividade das políticas públicas educacionais no que se refere ao acesso à educação infantil por meio da oferta de creches. A pergunta norteadora do estudo é: “As políticas públicas educacionais implementadas em Vitória da Conquista – BA estão sendo efetivas no atendimento à demanda por creches e suas necessidades?”

Esse tema também envolve um olhar sobre os impactos sociais e econômicos do acesso à creche, especialmente para mães em situação de vulnerabilidade, que podem retornar ao mercado de trabalho, reduzindo desigualdades de gênero e fortalecendo a economia local. Assim, garantir o acesso universal à educação infantil é, além de uma exigência legal, uma ação estratégica para promover equidade social, desenvolvimento integral das crianças e justiça educacional.

A realidade educacional vivida por muitos municípios brasileiros, entre eles Vitória da Conquista, é marcada por uma histórica desigualdade social. Analisar a oferta de creches é, portanto, também compreender as dimensões estruturais que impedem o pleno acesso à educação. As políticas públicas, para serem eficazes, precisam considerar essas múltiplas realidades e necessidades, promovendo ações intersetoriais e sustentáveis que garantam a educação infantil como um direito de todos e dever do Estado.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, conforme defendido por Gerhardt e Silveira (2009), que explicam que a pesquisa qualitativa busca compreender, em profundidade, fenômenos sociais e suas complexidades, sem se prender à representatividade numérica. Minayo (2014) complementa afirmando que esse tipo de abordagem permite analisar o universo dos significados, das atitudes e valores envolvidos em fenômenos sociais.

A pesquisa foi desenvolvida no município de Vitória da Conquista, situado no sudoeste baiano. A cidade apresenta diversidade socioeconômica e enfrenta desafios quanto à oferta de serviços públicos essenciais, entre eles a educação infantil, onde a demanda por vagas em creches excede a oferta existente.

O estudo está centrado na análise da implementação das políticas públicas educacionais voltadas à educação infantil, visando compreender se estas estão sendo eficazes no atendimento das demandas locais.

A metodologia utilizada inclui:

- **Revisão de literatura**, com foco em autores como Paulo Freire (1996), Dermeval Saviani (2008), Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970), para embasar a análise teórica.
- **Pesquisa documental**, segundo Marconi e Lakatos (2003), com a análise de documentos oficiais, como o Plano Municipal de Educação e relatórios governamentais sobre a oferta de creches.
- **Entrevista semiestruturada**, conforme orienta Minayo (2014), aplicada à Coordenadora do Núcleo Pedagógico da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Vitória da Conquista. Essa escolha justifica-se pelo papel estratégico da entrevistada na gestão e implementação das ações educativas no município.

Essa metodologia permite um olhar holístico sobre o tema, articulando dados empíricos e teóricos para compreender as dinâmicas locais, identificar gargalos e propor soluções eficazes que ampliem o acesso e melhorem a qualidade da educação infantil.

Objetivo Geral:

- Avaliar a efetividade das políticas públicas educacionais no atendimento à demanda por creches no município de Vitória da Conquista – BA.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Objetivos Específicos:

- Analisar o cenário atual da oferta de creches na cidade;
- Investigar a demanda por creches no município;
- Avaliar as políticas públicas para a educação infantil em vigor e como estão sendo implementadas;
- Identificar os principais desafios enfrentados pela gestão pública na efetivação do direito à educação infantil.

Efetivação das políticas públicas educacionais relacionadas à oferta e demanda de creches na cidade de Vitória da Conquista – BA

A educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores. Nessa fase, a criança constrói as bases para a aprendizagem futura, desenvolvendo habilidades essenciais para a sua formação como indivíduo e cidadão. Para garantir esse direito e promover um ensino de qualidade, é imprescindível a implementação de políticas públicas eficazes, asseguradas pela Constituição Federal do Brasil de 1988.

O artigo 208 da Constituição estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado por meio da garantia de acesso à educação básica, incluindo a oferta de creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos de idade. A universalização do ensino infantil é uma medida essencial para reduzir desigualdades, proporcionando oportunidades iguais de desenvolvimento desde os primeiros anos de vida.

Além disso, a educação infantil é reconhecida como a primeira etapa da educação básica, devendo ser ofertada de forma gratuita e com qualidade pelo poder público. Isso implica não apenas a criação e ampliação de vagas em creches e pré-escolas, mas também a implementação de políticas que garantam infraestrutura adequada, materiais pedagógicos e formação continuada para os profissionais da área.

A efetivação das políticas públicas educacionais voltadas à educação infantil, em especial à oferta de creches, ainda enfrenta obstáculos significativos no Brasil. No município de Vitória da Conquista – BA, a situação reflete essa realidade nacional. Conforme informações da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC, 2002), atualmente a Rede Municipal de Ensino conta com 32 creches, sendo 24 públicas e 8 conveniadas. Todas essas instituições estão



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

subordinadas ao Sistema Municipal de Ensino, funcionando em conformidade com a Resolução CNE/CEB nº 20/2009, que estabelece normas para o funcionamento das instituições de Educação Infantil.

Apesar da existência dessas unidades, a capacidade de atendimento ainda é insuficiente diante da demanda crescente, especialmente em áreas urbanas e entre populações vulneráveis. Segundo dados do relatório “Primeira Infância Primeiro” (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – FMCSV, 2020), o município apresenta um Índice de Necessidade por Creche (INC) de 17,31%, o que o enquadra na categoria “ruim”, por estar abaixo da média nacional, que varia de 0% a 35,6%. Esse índice mede a necessidade por creche considerando critérios como faixa etária e vulnerabilidade socioeconômica. O dado evidencia que uma parcela significativa das crianças de 0 a 3 anos não está sendo atendida pela rede municipal.

A situação torna-se ainda mais preocupante quando se analisa o recorte racial. O mesmo relatório aponta que crianças negras (pretas e pardas) são as mais afetadas pela insuficiência de vagas, o que expõe a existência de desigualdades estruturais e racismo institucional na efetivação do direito à educação. Essa realidade é confirmada pelo Censo Escolar de 2023, que mostra que a etapa da creche é a única fase da educação básica em que a maioria das matrículas é composta por crianças brancas (49,7%). Apesar de representar uma melhora em relação a anos anteriores — como em 2018, quando o percentual era de 55,8% —, os dados indicam uma persistente sub-representação das crianças negras no acesso à educação infantil.

O problema é histórico. Somente a partir de 2004, com a Portaria nº 156 do Inep, tornou-se obrigatória a inclusão do dado racial nas matrículas escolares, com base na classificação do IBGE (indígena, preta, parda, amarela e branca). Isso permitiu um mapeamento mais preciso das desigualdades raciais no acesso à educação, possibilitando a formulação de políticas públicas mais específicas e direcionadas.

Contudo, o acesso desigual é apenas parte do problema. A permanência e a qualidade da educação infantil também estão comprometidas. O estudo “Avaliação da Qualidade da Educação Infantil: Um retrato pós-BNCC” (FMCSV & Itaú Social, 2023) revela que 89% das turmas de creche e pré-escola não oferecem conteúdos voltados à educação étnico-racial. Além disso, em 70% dessas turmas não foram encontrados materiais pedagógicos e científicos com diversidade étnico-racial. Esse cenário demonstra que, mesmo quando o acesso é garantido, há uma falha significativa em promover ambientes educacionais inclusivos, representativos e antirracistas (Alma Preta, 2025).



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Essa ausência de representatividade nos espaços escolares reforça ciclos de exclusão e violência simbólica, comprometendo a construção da identidade das crianças negras e a consolidação de uma educação verdadeiramente democrática. A educação infantil, ao invés de ser um instrumento de inclusão, acaba por reproduzir desigualdades históricas.

Além da dimensão racial, o recorte socioeconômico também revela contrastes significativos. De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (Moderna, 2021), em 2018, 29,2% das crianças de famílias de baixa renda estavam matriculadas em creches. Já em 2019, com os impactos iniciais da pandemia da Covid-19, esse número caiu para 27,8%. Em contrapartida, entre as crianças do quartil de renda mais alto, a matrícula subiu de 51% em 2018 para 54,3% em 2019.

Esses dados apontam que o crescimento das matrículas nas creches não tem sido suficiente para reduzir desigualdades sociais. Pelo contrário, elas parecem se aprofundar, à medida que os setores mais privilegiados da sociedade conseguem acessar alternativas privadas, enquanto os mais pobres dependem exclusivamente da oferta pública, que não dá conta da demanda. A pandemia, além de agravar essa situação, expôs a fragilidade das políticas públicas de educação infantil diante de crises sanitárias e econômicas.

Mesmo com avanços legislativos e metas ambiciosas do Plano Nacional de Educação (PNE), a realidade em Vitória da Conquista e em muitos outros municípios brasileiros revela um distanciamento entre o que é proposto e o que é implementado. A ausência de políticas intersetoriais, o subfinanciamento da educação infantil e a falta de estratégias específicas para populações historicamente marginalizadas contribuem para a manutenção de um sistema desigual e excludente.

Portanto, é essencial que a análise da efetividade das políticas públicas em Vitória da Conquista considere não apenas o número de creches ou vagas disponíveis, mas também quem está sendo atendido, em que condições e com quais conteúdos. Somente com esse olhar ampliado será possível promover uma educação infantil que cumpra seu papel constitucional de garantir equidade, justiça social e desenvolvimento integral das crianças brasileiras.

Resultados

A análise dos dados levantados por meio da pesquisa documental e da revisão de literatura revelou uma série de elementos que evidenciam a discrepância entre o que está previsto na legislação educacional brasileira e a efetiva implementação das políticas públicas voltadas à educação infantil em Vitória da Conquista – BA. Embora o município disponha atualmente de 32



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

creches, sendo 24 públicas e 8 conveniadas, a oferta de vagas ainda se mostra insuficiente frente à demanda, especialmente para a faixa etária de 0 a 3 anos, que exige maior atenção quanto à universalização do acesso, conforme previsto na meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).

Os dados do Índice de Necessidade por Creche (INC), conforme relatório da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2020), apontam que o município apresenta um índice de 17,31%, valor que o coloca abaixo da média nacional, indicando que grande parte das crianças em situação de vulnerabilidade social ainda não têm acesso ao direito à creche. Essa limitação é ainda mais crítica quando analisada sob a perspectiva racial. Segundo dados do Censo Escolar de 2023, as crianças brancas ainda predominam nas matrículas nas creches (49,7%), enquanto crianças negras (pretas e pardas), que constituem a maioria da população em situação de vulnerabilidade, continuam sub-representadas. Este dado demonstra um viés estrutural no sistema educacional, onde as desigualdades raciais se mantêm desde a primeira infância.

Mesmo nos casos em que há acesso à educação infantil, há falhas significativas na promoção de um ambiente educacional inclusivo. Um estudo de 2023, realizado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal em parceria com o Itaú Social, revelou que 89% das turmas de creche e pré-escola não trabalham com conteúdos relacionados à educação étnico-racial. Além disso, 70% dessas turmas não utilizam materiais pedagógicos que reflitam a diversidade étnico-racial brasileira, o que prejudica o desenvolvimento da identidade, do pertencimento e do respeito à diversidade desde os primeiros anos da vida escolar.

As desigualdades também se evidenciam em relação à renda. Dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (Moderna, 2021) mostram que, em 2018, apenas 29,2% das crianças de famílias com menor renda estavam matriculadas em creches. Em 2019, esse número caiu para 27,8%, refletindo os impactos negativos da crise econômica intensificada pela pandemia da Covid-19. Em contrapartida, as crianças pertencentes ao quartil de maior renda aumentaram sua presença nas creches no mesmo período, passando de 51% para 54,3%. Esses números indicam que, embora tenha havido uma ampliação das matrículas em números absolutos, essa expansão não se deu de forma equitativa, beneficiando majoritariamente as famílias em melhores condições socioeconômicas.

Além disso, a pesquisa evidencia que a efetivação das políticas públicas educacionais em Vitória da Conquista apresenta fragilidades estruturais. Há carência de ações intersetoriais entre as áreas da educação, assistência social e saúde, ausência de critérios mais rigorosos de priorização para o atendimento às crianças em maior vulnerabilidade, bem como lacunas na formação dos profissionais da educação para lidar com a diversidade e promover uma pedagogia



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

inclusiva. Ainda que existam diretrizes legais e metas claras no Plano Nacional de Educação, a implementação local das políticas públicas não tem sido suficiente para assegurar o direito à educação infantil de maneira universal, equitativa e com qualidade.

Dessa forma, os resultados obtidos revelam que a realidade de Vitória da Conquista ainda está distante do ideal previsto pela Constituição Federal, pela LDB e pelo próprio PNE. A persistência das desigualdades raciais, socioeconômicas e estruturais compromete a função social da creche como promotora do desenvolvimento infantil, da equidade de oportunidades e da justiça social. O cenário atual exige não apenas a ampliação da oferta de vagas, mas também a reformulação das estratégias de implementação das políticas públicas, de forma que considerem a complexidade das vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias e promovam, de fato, o acesso universal e igualitário à educação infantil no município.

Considerações Finais

A presente pesquisa analisou a efetividade das políticas públicas educacionais voltadas para a oferta e demanda de creches no município de Vitória da Conquista – BA, tendo como base os marcos legais como a Constituição Federal do Brasil, a LDB e o Plano Nacional de Educação. O estudo permitiu compreender que, embora haja um avanço significativo no reconhecimento da educação infantil como direito indispensável e etapa primordial do processo educativo, a efetivação desse direito ainda enfrenta inúmeros desafios.

É fundamental ressaltar que a educação infantil é, acima de tudo, um direito da criança, assegurado pela legislação nacional, e não uma concessão às famílias. Esse entendimento reforça a necessidade de políticas públicas que garantam, com prioridade absoluta, o acesso universal, equitativo e de qualidade às instituições de educação infantil, em consonância com o princípio do melhor interesse da criança.

As evidências apontam que a implementação das políticas públicas nem sempre acompanha, na prática, os objetivos estabelecidos legalmente. Observa-se uma lacuna considerável entre a legislação e sua aplicação efetiva, especialmente no que diz respeito à universalização do acesso às creches. Essa discrepância compromete o desenvolvimento integral das crianças e limita a autonomia das famílias, sobretudo das mulheres, que frequentemente se veem impossibilitadas de retomar sua participação no mercado de trabalho pela ausência de uma rede pública de educação infantil acessível e de qualidade.

Além disso, a análise realizada revelou que a questão da oferta de creches não pode ser dissociada de uma abordagem mais ampla, que considere as desigualdades sociais, econômicas e



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

regionais. A escassez de vagas em creches públicas reflete a persistência de um sistema que ainda não prioriza de forma equitativa as camadas mais vulneráveis da população. O enfrentamento dessas desigualdades requer um planejamento intersetorial e políticas públicas estruturadas com base em diagnósticos precisos, investimento contínuo e monitoramento constante.

Com base na análise dos dados estatísticos e na entrevista semiestruturada realizada com a coordenadora do Núcleo Pedagógico da Educação Infantil de Vitória da Conquista, é possível tecer considerações que evidenciam os avanços, os desafios persistentes e as perspectivas futuras quanto à oferta de creches no município. Observa-se que, embora Vitória da Conquista possua uma estrutura significativa com 32 creches — sendo 24 públicas e 8 conveniadas —, ainda enfrenta uma demanda reprimida, especialmente entre crianças de 0 a 3 anos. O Índice de Necessidade por Creche (INC), conforme o relatório da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, demonstra que o município se encontra abaixo da média nacional, especialmente no atendimento a crianças pretas e pardas, o que levanta questões relevantes de equidade e justiça social.

A entrevista revela um esforço contínuo da Secretaria Municipal de Educação em ampliar e otimizar a oferta de vagas por meio de reformas, ampliações e redistribuição de turmas. Contudo, o crescimento da demanda, agravado pelo contexto pós-pandêmico, evidencia que tais estratégias, embora eficazes em alguns aspectos, ainda são insuficientes diante das necessidades atuais, especialmente nas áreas rurais e em bairros com carência de infraestrutura. É relevante destacar a ausência de critérios socioeconômicos para a priorização de vagas na rede municipal, o que, embora assegure formalmente o direito universal à educação infantil, pode, na prática, acentuar desigualdades sociais, uma vez que não contempla a realidade das crianças em situação de maior vulnerabilidade social.

Apesar dos repasses federais destinados à educação infantil, a limitação dos recursos municipais compromete a construção de novas unidades, obrigando o poder público a adotar medidas paliativas, como a ampliação de instituições existentes e a adaptação de estruturas, que nem sempre oferecem o ambiente adequado para o pleno desenvolvimento infantil.

Ademais, observa-se uma escolha administrativa que agrava o problema: a decisão da Secretaria Municipal de Educação (SMED) de fechar turmas destinadas a crianças de 2 e 3 anos, priorizando o atendimento exclusivo das faixas etárias de 4 e 5 anos, para as quais a matrícula é obrigatória segundo a legislação. Essa política, embora justificada pela obrigatoriedade legal, resulta na exclusão de um número significativo de crianças pequenas do acesso à educação infantil, comprometendo o princípio da ampliação progressiva do direito à educação e evidenciando uma gestão que, apesar de não sofrer com a falta de orçamento, opta por soluções que limitam a efetividade desse direito.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Ainda que a Secretaria mantenha um diálogo aberto com a comunidade e demonstre compromisso com a formação continuada dos profissionais da educação infantil, é evidente que a superação dos desafios atuais exige uma atuação mais ampla e articulada, envolvendo parcerias intergovernamentais, revisão de políticas de acesso e investimentos mais robustos. Dessa forma, este trabalho reforça a urgência de políticas públicas mais eficazes, que contemplem não apenas o aumento do número de vagas em creches, mas também a qualidade do atendimento ofertado, a valorização dos profissionais da educação infantil, a infraestrutura adequada e o acompanhamento pedagógico.

Ademais, destaca-se a importância da participação da sociedade civil e de instâncias de controle social para garantir que os direitos das crianças sejam respeitados e promovidos. Diante deste cenário, observa-se que Vitória da Conquista não tem avançado de maneira efetiva na oferta de educação infantil, apresentando, na verdade, um quadro de estagnação.

Os dados revelam que a cidade ainda enfrenta grandes desafios para garantir o acesso universal e equitativo às creches, sobretudo para crianças de 0 a 3 anos e para aquelas em situação de maior vulnerabilidade social. A ausência de políticas públicas estruturadas e a falta de expansão adequada da rede de educação infantil reforçam as desigualdades existentes. Assim, torna-se urgente a adoção de medidas que priorizem a construção de novas unidades, a ampliação do atendimento e a criação de critérios que favoreçam as populações mais vulneráveis, compreendendo o investimento na primeira infância como essencial para o desenvolvimento humano, social e econômico do município.

Além da necessidade de expansão da oferta, outro desafio que se impõe diz respeito à qualidade dos serviços oferecidos. A garantia do direito à educação infantil não se resume apenas à disponibilidade de vagas, mas também à promoção de ambientes educativos adequados, com infraestrutura apropriada, profissionais qualificados e propostas pedagógicas alinhadas às necessidades do desenvolvimento integral da criança. Nesse sentido, faz-se imprescindível analisar como Vitória da Conquista tem estruturado suas políticas e práticas em relação à qualidade do atendimento nas creches, bem como os impactos dessa realidade na equidade educacional e social.

Referências

ALBUQUERQUE, Jean. **Racismo na educação infantil expõe crianças negras a ciclo de violência**. Alma preta jornalismo. Disponível em: <https://almapreta.com.br/almapretinha-conteudo/racismo-na-educacao-infantilexpoe-criancas-negras-a-ciclo-de-violencias/>. Acesso em: 11 de maio de 2025.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, Senado Federal, 2000.

Brasil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o plano nacional de educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 09 de junho de 2024.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 09 de junho 2024.

Brasil. Resolução CEB nº 20/2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Conselho Nacional de Educação. Brasília, DF: CNE, 2010.

Brasil. **Formações para docentes de educação infantil ocorrem em todo o Brasil**: Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil faz parte do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. A expectativa é a formação de 295 mil docentes em 2024. 29/04/2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/formacoes-paradocentes-de-educacao-infantil-ocorrem-em-todo-obrasil?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 11 de maio de 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO MARÍLIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL- MCSV. Vitória da Conquista - BA. **Primeira infância no município**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2020. 41 p. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/vitoria-da-conquistaba/>. Acesso em: 11 de novembro de 2024.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL; ITAÚ SOCIAL. **Avaliação da Qualidade da Educação Infantil**: Um retrato pós BNCC. São Paulo: FMCSV; Itaú Social, 2023. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/ptBR/biblioteca/avaliacao-da-qualidade-da-educacao-infantil-um-retrato-pos-bncc/>. Acesso em: 11 de maio 2025.

FIGUEIREDO, Marizete Peixoto Silva. **Discursos do perfil docente nas políticas de formação de professores**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 139, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: www.proped.pro.br. Acesso em: 11 de maio de 2025.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portaria n. 156, de 5 de novembro de 2004**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do preenchimento do dado de cor/raça no Censo Escolar. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-156-de-5-de-novembro-de-2004-2005791>. Acesso em: 11 de maio 2025.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2023:** Resumo Técnico. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/censo-escolar2023-aponta-aumento-no-numero-de-matriculas>. Acesso em: 11 de maio 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MODERNA. **Anuário brasileiro da educação básica – 2021**. São Paulo: Moderna, Todos pela Educação, 2021. 188 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA- PMVC. **Centros Municipais de Educação Infantil e Creches**. PMVC, Vitória da Conquista, BA: 10 mai. 2021. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/crechesmunicipais/#:~:text=A%20Rede%20Municipal%20de%20Ensino,24%20municipais%20e%208%20conveniadas>). O Acesso em: 11 de novembro 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 36. Ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA FILHO, Penildon. Educação.: Portal da Bahia contemporânea. **Educação**. 2022. Disponível em: <https://portaldabahiacontemporanea.com.br/artigos/educacao>. Acesso em: 11 de novembro de 2024.